VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO PARTO: UM ESTUDO REFLEXIVO

Maria Thais Morais do Nascimento[1]
Isabela Damasceno Feitosa[2]
Greyceane do Nascimento de Abreu Lima [3]
Francisca Raquel Ferreira de Sousa [4]
Ana Maria Martins Pereira [5]

EIXO 5: Enfermagem em saúde da mulher e saúda da criança e do adolescente, se premiação: TRABALHO PARA PRÊMIO: GRADUAÇÃO - EIXO 5: ENFERMAGEM EM SAÚDE DA MULHER E SAÚDE DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

INTRODUÇÃO

O marco inicial da vida se dá através da reprodução, gestação e nascimento do feto por via vaginal ou trans abdominal, a mulher está ligada a esse ciclo com mais fidelidade e bagagem que homem, trata-se de um momento muito especial para a mulher como mãe, e se torna importante para o mantimento da espécie perante a humanidade em geral, mas com a institucionalização do parto, e as novas adaptações obstétricas da saúde atual tem traumatizado esse momento (CARNIEL F; VITAL DS; SOUZA TDP, 2019).

O processo de parir anteriormente era assistido por parteiras, conhecidas por comadres, e familiares de confiança na própria residência da parturiente onde todos encaravam e tentavam proporcionar que esse processo fosse confortável e de alegria (CASTRO; ROCHA, 2020). O parto hospitalar começou a se consolidar e expandir como prática dominante no final do século XIX, durante o decorrer da segunda metade do século foram sendo criadas hospitais e maternidade para mulheres na Inglaterra França, Alemanha e EUA, já no Brasil as maternidades dão início do século XX, quando a medicalização do parto foi vista como uma das

1. Acadêmico de Enfermagem, Faculdade Terra Nordeste- FATENE
2. Enfermeira graduada
3. Acadêmico de Enfermagem, Faculdade Terra Nordeste- FATENE
4. Acadêmico de Enfermagem, Faculdade Terra Nordeste- FATENE
5. Enfermeira graduada, Doutora em Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde, Mestre em Saúde Coletiva, Especialista em Enfermagem Obstétrica..
E-mail do autor: thaismoraes2335@gmail.com

ISSN: 24465348

estratégias de civilização da população e a as reformas sanitaristas se tornaram mais intensas (PALHARINI LA; FIGUEIRÔA, SFM, 2018).

A violência obstétrica é violação do corpo feminino por profissionais da saúde, por procedimentos invasivos e muitas vezes sem consentimento, dolorosos e constrangedores além de violência verbal e psicológica em desfavor da figura da mulher no seu momento de parto, essa violação se dá em três períodos, pré-parto, parto e pós-parto (CASTRO; ROCHA, 2020).

A equipe de enfermagem visa a autonomia da mulher no ato de protagonizar seu momento com o mínimo de intervenções possíveis, assim acreditando no potencial da natureza sobre o corpo da mulher, deixando-se o parto ocorre de maneira fisiológica (CARNIEL F; VITAL DS; SOUZA TDP, 2019).

Segundo Oliveira e Merces (2017), a equipe deve estimular a mulher atuar no momento de parto, de maneira livre, sem pressão, respeitando seu direito a escolha de acompanhante, e a minimização de procedimentos ou a explicação desses quando necessário ao perfeito entendimento, assim preservando seu direito à cidadania.

OBJETIVO

Descrever a percepção da mulher sobre violência obstétrica durante assistência ao trabalho de parto e parto.

METODOLOGIA

Realizou-se uma pesquisa por meio de acesso online à Biblioteca Virtual da Saúde (BVS), Base de Dados em Enfermagem (BDENF) e nas bases de dados Literatura Latino-americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS). Contou-se com uma amostra de 08 artigos. Os critérios de inclusão foram: Artigos publicados entre 2016 a 2022. Os descritores utilizados foram: Violência Obstétrica. Enfermagem obstétrica. Assistência integral a saúde.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na análise dos artigos evidenciou que a maioria dos estudos tem por objetivo analisar a percepção de puérperas sobre os fatores relacionados a violência obstétrica. Diante deste cenário apresentado nesta revisão percebeu-se a preocupação da comunidade científica na importância da informação acerca da violência obstétricas e seus desdobramentos no ambiente de pré-parto, parto e pós-parto de forma a incentiva e buscar uma solução para tentar diminuir a frequência desses fatos.

O estudo revela a escassez de conhecimento das mulheres durante seu ciclo gravídico puerperal que tem uma visão superficial sobre assunto violência obstétrica, em alguns casos nem sabem o significado do termo, o maior entendimento seria para violência física, desentendidas sobre procedimentos como o uso de ocitocina de rotina, episiotomia, restrição ao leito, privação a escolha da posição desejada, ausência de acompanhante e cesariana sem indicação (NASCIMENTO et al., 2019).

É essencial o início do ciclo gravídico puerperal com qualidade onde deve ocorrer desde a primeira consulta do pré-natal, assim haveria um preparo emocional e psicológico para o processo de parir, e a mulher estaria apta e conhecedora de seus direitos (SOUZA et al., 2019). Foi identificado no estudo de Pascoal et al., (2020), que o pré-natal é iniciado precocemente, mas acontece com poucas orientações sobre a gestação, que salienta baixa qualidade de informações, e reflete no processo de parto, onde acarreta complicações, e favorece a violência obstétrica.

Segundo Carniel, Vital e Souza (2019), muitos procedimentos invasivos são realizados de forma silenciosa, onde a tomada de decisão parte da equipe de profissionais de saúde que julgam como melhor alternativa para um evento rápido e fácil, por desconhecerem os termos e procedimentos, as parturientes são apenas avisadas de forma errônea, assim induzidas sem possibilidade de escolha.

Após realização de um estudo qualitativa, com mulheres em fase reprodutiva, dados revelam que os profissionais médicos são os mais presentes na violência obstétrica seguidas de profissionais de enfermagem, todas as entrevistadas foram enquadradas em diversos níveis de violência, sendo elas: violência verbal, violência de omissão de atendimento de saúde, violência psicológica e violência física (OLIVEIRA et al., 2020).

Segundo Oliveira e Merces (2017), a equipe deve estimular a mulher atuar no momento de parto, de maneira livre, sem pressão, respeitando seu direito a escolha de acompanhante, e a minimização de procedimentos ou a explicação desses quando necessário ao perfeito entendimento, assim preservando seu direito à cidadania.

Foi evidenciado no estudo realizado por Menezes et al., (2020), onde pacientes mais pobres usuárias do Sistema Único de Saúde (SUS) foram submetidas sem consentimentos a práticas didáticas para treinamento de habilidades acadêmicas. A Organização Mundial da Saúde (OMS), preconiza a existência de uma razão válida para interferir no processo natural do parto, a cesariana acontece rotineiramente no setor público, mas esses valores chegam a dobrarem no setor privado, onde a cesariana é priorizada de maneira exacerbante (CAMPOS et al., 2020).

Evidenciou outros dados que ratificam algumas informações anteriores em Campos *et al.,* (2020), com a assistência atual reflete uma desumanização no cenário do parto, que interferem complexamente no emocional feminino onde geram sentimento de insegurança, ansiedade e medo.

No modelo atual ocorre a naturalização da violência obstétrica, as mulheres estão se enganando com atendimentos rotineiros sugestivo de violência, ao visualizarem o parto biomédico, medicalização e procedimentos como se fosse algo intrínseco indispensável ao atendimento ao parto (CAMPOS et al., 2020).

Foi observado nos estudos onde são expressos, identificados e ratificados em três estudos dessa pesquisa relacionado a falta de informação, onde a percepção das mulheres em relação aos procedimentos obstétricos seja entendida, como indispensável no atendimento, configurando uma violação sobre seu corpo (SOUZA *et al.,* 2019).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante deste cenário, foi possível perceber que o desconhecimento das puérperas em relação ao conceito de violência obstétrica, possibilita a submissão destas a procedimentos inadequados. O enfermeiro atuará no preparo desta

gestante afim de garantir que haja o entendimento necessário para que a mulher torne-se protagonista do parto. Logo, procedimentos invasivos e desnecessários poderão ser evitados. É importante destacar que deste do pré-natal essa troca de conhecimento entre a gestante e o profissional sejam efetuados.

Torna- se relevante uma assistência qualificada a fase do pré-parto, parto e pós-parto, incentivar o papel da mulher como protagonista do seu momento de parto, de forma a evitar procedimentos invasivos e acredita no potencial fisiológico acrescido no corpo feminino, além da educação em saúde através de orientações sobre esse período e esclarecendo as dúvidas, assim desmistificando essa temática. É importante destacar com relação a realizações do pré-natal com qualidade, para assim identificar riscos, e obter conhecimento para o processo de parir.

REFERÊNCIAS

ABREU, L. P; LIRA F.R; SANTANA, R. L. Características obstétricas das gestantes submetidas à cesariana segundo a Classificação de Robson. **Revista Enfermagem** UERJ, v. 27, p. e37858. 2019. Disponívelem:https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/37858/29474. Acesso em: 12 abr. 2022.

ALVES T. S. *et al.* Violência obstétrica: uma revisão integrativa. **Revista** Enfermagem UERJ, [S.l.], v. 27, p. e45746. 2020. Disponível em: <https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/enfermagemuerj/article/view/45746/33096. Acesso em: 12 de abril de 2022.

CAMPOS, V. S. et al. Práticas Convencionais do Parto e Violência Obstétrica Sob a Perspectiva de Puérperas. **Rev. baiana enferm.**, Salvador, v. 34, e35453, 2020 . Disponível em <http://www.revenf.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-86502020000100323&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 28 mar. 2021. Epub 18-Nov-2020. http://dx.doi.org/10.18471/rbe.v34.35453. Acesso em 10 de abril de 2022.

CARNIEL, Francieli et al. Episiotomia de rotina: necessidade versus violência obstétrica. **J. nurs. health.** v. 02, 2019. Disponível em: https://docs.bvsalud.org/biblioref/2019/12/1047273/9.pdf. Acesso em: 10 de abril de 2022.

DE CASTRO Mayra et al. Percepções sobre violências obstétricas na ótica de puérperas. **Revista de Enfermagem** UFPE on line, [S.l.], v. 11, n. 6, p. 2483-2489. 2017. Disponível em: https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/bde-32210. Acesso em: 10 de abril de 2022.

DE OLIVEIRA, Mariana, et al . Mulher e parto: significados da violência obstétrica e a abordagem de enfermagem. **Revista de Enfermagem UFPE** on line, [S.l.], v. 14, 2020. Disponível em: https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1096980. Acesso em: 12 de abril de 2022.

NASCIMENTO, S. L. *et al.* Conhecimentos e experiências de violência obstétrica em mulheres que vivenciaram a experiência do parto**. Enfermería Actual de Costa Rica, San José,** n. 37, p. 66-79, Dec. 2019. Acesso em: http://www.scielo.sa.cr/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1409456820190002000066&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 12 de abril.

PASCOAL, K. C.F. et al. Violência Obstétrica na Percepção de Puérperas. **Revista nursing.** Disponível em DOI: https://doi.org/10.36489/nursing.2020vi265p4221-4226. Acesso em: 12 de abril.